

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PE001480/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 25/11/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR071577/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 13623.205791/2025-43
DATA DO PROTOCOLO: 24/11/2025

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CA, CNPJ n. 03.074.668/0001-71, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DIOGENES DE SANTANA SILVA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSP. DE CARGAS, ARMAZ. E LOG. D, CNPJ n. 08.033.821/0001-36, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CARLOS EDUARDO SALAZAR MACAES;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026 e a data-base da categoria em 01º de julho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS**, com abrangência territorial em Agrestina/PE, Águas Belas/PE, Altinho/PE, Angelim/PE, Arcoverde/PE, Barra de Guabiraba/PE, Belo Jardim/PE, Bonito/PE, Brejão/PE, Brejo da Madre de Deus/PE, Buíque/PE, Cachoeirinha/PE, Calçado/PE, Camocim de São Félix/PE, Canhotinho/PE, Capoeiras/PE, Caruaru/PE, Chã Grande/PE, Correntes/PE, Cumaru/PE, Cupira/PE, Feira Nova/PE, Frei Miguelinho/PE, Garanhuns/PE, Glória do Goitá/PE, Gravatá/PE, Iati/PE, Ibirajuba/PE, Itaíba/PE, Jataúba/PE, João Alfredo/PE, Jucati/PE, Jupi/PE, Jurema/PE, Lagoa do Ouro/PE, Lajedo/PE, Limoeiro/PE, Machados/PE, Orobó/PE, Palmeirina/PE, Panelas/PE, Passira/PE, Pedra/PE, Pesqueira/PE, Poção/PE, Salgadinho/PE, Saloá/PE, Sanharó/PE, Santa Cruz do Capibaribe/PE, Santa Maria do Cambucá/PE, São Bento do Una/PE, São Caitano/PE, São João/PE, São Joaquim do Monte/PE, São Vicente Férrer/PE, Surubim/PE, Tacaimbó/PE, Taquaritinga do Norte/PE, Terezinha/PE, Tupanatinga/PE, Venturosa/PE e Vertentes/PE.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DOS MOTORISTAS E DEMAIS INTEGRANTES DA CATEGORIA

A partir de 1º de julho de 2025 o piso salarial dos Motoristas e demais funcionários da categoria, será reajustado em **6% (seis por cento)** sobre o salário base atual.

- **Veículos Pesados:** Assim compreendidos aqueles que transportam acima de 18.000 Kg. A partir de 1º de julho de 2025: **R\$ 3.421,97 (três mil, quatrocentos e vinte e um reais e noventa e sete centavos);**
- **Veículos Pesados:** Assim compreendidos aqueles que transportam cargas entre 14.001kg e 18.000kg. A partir de 1º de julho de 2025: **R\$ 2.830,00 (dois mil, oitocentos e trinta reais).**
- **Veículos Médios:** Assim compreendidos aqueles que transportam cargas entre 7.001kg e 14.000kg. A partir de 1º de julho de 2025: **R\$ 2.650,00 (dois mil e seiscentos e cinquenta reais).**
- **Veículos Semi-Leves:** Assim compreendidos aqueles que transportam cargas entre 2.001Kg até 7.000kg; F- 400 e Similares. A partir de 1º de julho de 2025: **R\$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais).** Está incluído nesta categoria: Operador de Empilhadeira.
- **Veículos Leves (pequeno porte):** Assim compreendidos aqueles que transportam cargas de até 2.000Kg. A partir de 1º de julho de 2025: **R\$ 1.960,00 (mil, novecentos e sessenta reais).**
- **Motorista Manobrista, Motorista Socorrista, Tratorista e Operadores de Maquinas Agrícolas.** A partir de 1º de Julho de 2025: **R\$ 2.645,63 (dois mil seiscentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos).** O Motorista Manobrista executará a manobra dos veículos de tonelage compatível com sua habilitação profissional, exclusivamente dentro do pátio interno da empresa ou outro de terceiros onde a empresa opere, mantendo a característica de manobras internas.
- **Ajudantes de Carga e Descarga:** Aqueles que ajudam no carregamento e descarregamento dos caminhões: A partir de 1º de julho de 2025: **R\$ 1.688,07 (mil seiscentos e oitenta e oito reais e sete centavos);**
- **Auxiliar de Escritório:** A partir de 1º de julho de 2025: **R\$ 1.688,07 (mil seiscentos e oitenta e oito reais e sete centavos);**
- **Conferente:** A partir de 1º de julho de 2025: **R\$ 2.369,98 (dois mil, trezentos e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos);**
- **Auxiliar de Almoxarifado:** A partir de 1º de julho de 2025: **R\$ 1.688,07 (mil seiscentos e oitenta e oito reais e sete centavos);**
- **Recepcionista:** A partir de 1º de julho de 2025: **R\$ 1.688,07 (mil seiscentos e oitenta e oito reais e sete centavos);**
- **Auxiliar de Dep. Pessoal:** A partir de 1º de julho de 2025: **R\$ 1.976,20 (mil novecentos e setenta e seis reais e vinte centavos);**
- **Office Boy:** A partir de 1º de julho de 2025: **R\$ 1.610,00 (mil seiscentos e dez reais).**

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - AUMENTO E REAJUSTES

Toda categoria fará jus a um aumento salarial fixado em 6% (seis por cento), sobre o salário base atual da categoria a ser aplicado a partir de 01° de julho de 2025.

Os demais integrantes da categoria profissional abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, fixado na CTPS, até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), farão jus ao mesmo aumento salarial.

Para os salários acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), será livre negociação.

O aumento salarial é concedido de forma proporcional à data de ingresso do empregado na empresa entre o período de 01.07.2025 a 30.06.2026.

Os Trabalhadores demitidos em julho de 2025 terão direito ao reajuste integral de 6% (seis por cento).

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

As empresas adiantarão aos seus empregados na quinzena o equivalente a 40% (quarenta por cento) do salário mensal.

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus empregados o comprovante de pagamento com discriminação das verbas pagas e dos descontos efetuados, além da identificação da empresa e do empregado.

CLÁUSULA SÉTIMA - FORNECIMENTO DE VALE

Os trabalhadores somente assinarão vales se estes forem elaborados em duas vias, uma das quais deverá ser entregue ao beneficiário e contendo discriminadamente as importâncias recebidas e a origem do pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

O pagamento do salário deverá ser feito até o quinto dia útil de cada mês subsequente ao vencido, incorrendo a empresa infratora em multa de 5% (cinco por cento), por dia de atraso, em caso de inadimplência, em favor do empregado.

Descontos Salariais

CLÁUSULA NONA - DESCONTOS POR PREJUÍZOS

As empresas que exploram o comércio e a distribuição de bebidas não poderão responsabilizar os motoristas e os ajudantes pela ocorrência de prejuízos resultantes de estouro de vasilhames.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESSARCIMENTO DE MULTAS

O motorista infrator das leis do trânsito ressarcirá a empresa depois de apurada sua responsabilidade, pelas autoridades competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DESCONTOS POR INTERRUPÇÃO DO TRABALHO

As interrupções do Trabalho em casos fortuitos ou força maior, ou quando da responsabilidade do empregador, não serão descontados do salário do obreiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DESCONTO POR PREJUÍZOS OU DANOS À EMPRESA

Não será permitido nenhum desconto do salário do motorista a título de dano ou prejuízo causado à empresa, inclusive sob a classificação de peças quebradas, se não for comprovada a culpa ou dolo do empregado, ressalvada hipótese do descumprimento do empregado motorista às seguintes normas:

- a)** Obriga-se pela segurança do veículo e da carga devendo efetuar diariamente nos veículos sob a sua guarda à inspeção dos componentes que impliquem em segurança como: calibragem e verificação dos pneus, freios, luz sinaleiras, limpadores de para brisas, nível de combustível, de água e de óleo;
- b)** Zelar pela observância das normas de trânsito, cabendo-lhe a responsabilidade de qualquer infração cometida;
- c)** Deverá providenciar no local do acidente a realização da perícia do órgão competente;
- d)** Cabe-lhe a responsabilidade pelo extravio de mercadorias, ferramentas e acessórios, que comprovadamente lhe foi confiado.

Qualquer desconto parcial ou integral nos salários do obreiro não poderá exceder o previsto no Art.462, § 1º da CLT.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - 13º SALÁRIO

O afastamento do empregado resultante de Acidente de Trabalho, por período inferior ou igual a 06 (seis) meses, não prejudicará a aquisição do direito a férias e ao recebimento do 13º salário.

Outras Gratificações

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ABONO

O empregado com mais de 60 (sessenta) anos de idade e que trabalhe há mais de 05 (cinco) anos na empresa e, despedido sem justa causa, fará jus a um abono pecuniário no valor de 1(um) salário base, sendo que o acréscimo não integra o tempo de serviço.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias, até 2 (duas), serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento). As que extrapolarem as duas primeiras serão remuneradas com adicional de 100% (cem por cento), nos casos excepcionais previstos em Lei.

Considerando as peculiaridades do segmento econômico do transporte rodoviário de cargas, tais como: leis de restrições à circulação de veículos; rodízio de placas de veículos; demora no descarregamento e coletas em grandes embarcadores; centros de distribuição; supermercados; acidentes de trânsito; congestionamentos; demora e filas nas entregas e coletas de mercadorias; quebra ou defeitos mecânicos nos veículos; enchentes; alagamento de ruas, avenidas e marginais ou outras ocorrências de força maior, a jornada extraordinária, em decorrência dos motivos anteriormente citados e que independem da vontade de empregado e empregador, por exceder os limites estabelecidos pelos artigos 58 e 59 da CLT.

Parágrafo 1º - As empresas remunerarão as horas extras com um acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal, conforme a lei vigente e quando habituais integrarão a remuneração do empregado, para fins do DSR, férias, 13º salário, Aviso Prévio, FGTS e verbas rescisórias.

Parágrafo 2º - As empresas que adotarem os dispositivos do Banco de Horas, no que tange à integração das horas extras de que trata o "caput" desta Cláusula, deverão respeitar os critérios ali ajustados.

Parágrafo 3º - As partes se ajustam, para os fins previstos no Art. 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, no sentido de que têm plena validade os acordos individuais de prorrogação e compensação de horas de trabalho, firmados pelas partes, quando da admissão ou durante a vigência do contrato de trabalho.

Parágrafo 4º - As horas extras serão apuradas em bloco, considerando a jornada realizada durante o mês, sendo consideradas como extras aquelas que excederem à soma das horas possíveis no período de 30 dias, não servindo de parâmetro a jornada diária ou semanal.

Parágrafo 5º - A extrapolação da jornada normal, por acréscimo de horas extras habituais, face acordo de compensação, não o descaracteriza nem o invalida, seja pelo que dispõe o Art. 59 da CLT, seja pelo disciplinamento constante do Banco de Horas avençado entre os Sindicatos profissional e patronal.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ADICIONAL NOTURNO

O empregado fará jus ao recebimento de adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as horas efetivamente trabalhadas no horário compreendido entre 22:00(vinte duas) horas e

05:00(cinco) horas da manhã do dia seguinte, calculado o referido adicional noturno sobre o seu salário base.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

As empresas de resíduos sólidos e de limpeza e coleta urbana e/ou qualquer outra Empresa independente do ramo de atuação em Caruaru e Região do Agreste de Pernambuco que seguem esta Convenção Coletiva de Trabalho e seus trabalhadores exerçam função insalubre, estão obrigadas a pagar aos trabalhadores e/ou Motoristas o adicional de insalubridade no percentual de mínimo de 20%(vinte por cento).

Prêmios

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO

O empregado que completar 2 anos de efetivo trabalho na empresa, a partir de então, fará jus ao recebimento de um Prêmio por Tempo de Serviço – PTS, no percentual de 5% (cinco por cento) do salário-mínimo vigente, não sendo, porém, este, devido cumulativamente.

Parágrafo Primeiro - O PTS não tem natureza salarial ou qualquer outro efeito de natureza remuneratória ou para fins de equiparação salarial, sendo devido só a partir do mês seguinte àquele em que o empregado vier a completar 2 anos de serviço na empresa e somente fará jus a um biênio durante todo o contrato de trabalho.

Parágrafo Segundo - O empregado não poderá acumular dois biênios aquisitivos, somente fará jus a um biênio durante todo o seu contrato de trabalho.

Ajuda de Custo

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - REEMBOLSO DE DESPESAS/AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E PERNOITE

As empresas se comprometem a reembolsar, adiantar valor, ou a fornecer, diretamente, ou por meio de terceiros, refeições a todos os seus empregados. Essa obrigação poderá ser cumprida através de refeitórios ou restaurantes próprios ou de terceiros, reembolso de despesas ou fornecimento de vales aceitos em estabelecimentos apropriados a essa finalidade.

Para trabalhadores em serviços externos a empresa deverá oferecer vale-refeição.

Para as empresas que optarem pelo fornecimento de vale refeição ou reembolso de despesas, os novos valores serão devidos a partir da homologação da presente CCT, à título de refeições, bem como para o Pernoite, valendo estes valores até 30/06/2026.

- Almoço R\$ 22,00 (vinte e dois reais);
- Jantar R\$ 22,00 (vinte e dois reais);
- Pernoite R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais).

As empresas que possuem em seus veículos/caminhões/carretas cabine leito ou sofá cama que fica atrás do banco do Motorista e que sejam equipados com INTERCLIMA, ficam isentas de pagar o pernoite. Pagando apenas o café da manhã no valor de R\$ 14,00 (quatorze reais).

§ 1º - Os reembolsos de Despesas/Alimentação ou pernoite tem caráter indenizatório, uma vez que se destinam a atender necessidade básica do trabalhador, não se integrando ou incorporando ao salário ou à remuneração do empregado, para nenhum efeito, podendo a empresa exigir ou não, a comprovação dos gastos correspondentes.

§ 2º - Entende-se como Pernoite a permanência do empregado fora de sua base de trabalho, em decorrência exclusiva de suas tarefas, obrigações e responsabilidades das funções por ele desempenhadas, de tal sorte que essas circunstâncias impeçam e inviabilizem o seu retorno à sua residência, no mesmo dia.

§ 3º - Na aplicação dos reajustes dos valores de diária e pernoite, adotou-se o critério de arredondamento dos valores de centavos para mais.

§ 4º - As empresas que não concedem o auxílio-alimentação referente ao jantar se comprometem a formular planos e critérios para eventual adoção desse pagamento, independentemente de ajuste em norma coletiva.

Fica assegurado um ticket alimentação ou vale refeição de no mínimo R\$ 16,00 (dezesseis reais) para os empregados administrativos, operacionais e os demais. Motoristas e ajudantes quando em jornada interna ou externa em um raio de até 50km, farão jus ao ticket alimentação ou vale refeição de no mínimo R\$ 16,00 (dezesseis reais). O valor do Ticket/vale refeição também poderá ser pago em espécie.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

Quando a jornada de trabalho diária, exceder das 10(dez) horas, sendo 08 (oito) horas normais e 02(duas) suplementares aos trabalhadores ficará assegurado o fornecimento de refeição compatível.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - VALE TRANSPORTE EM DINHEIRO

É facultado às empresas efetuarem, por questão de segurança e praticidade operacional, o pagamento do vale transporte em dinheiro, observados os critérios estabelecidos na Lei 7.418, de 16/12/85, o Decreto 95.247, de 17/11/87, como já decidido pelo TST, no Proc. TST-AA n0366360/97.4, por V.u, DJU - 07.08.98, Seção I, pàg.314.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUXÍLIO PLANO DE ASSISTENCIA E CUIDADO PESSOAL

As empresas contratarão para todos os Colaboradores e Funcionários, o PLANO DE ASSISTÊNCIA BRASIL FAMÍLIAR, denominado simplesmente "BRAf", com intuito de proporcionar aos trabalhadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho o usufruto das benesses viabilizadas pelo referido plano "BRAf".

Da implantação e manutenção dos benefícios contemplados no "**BRAf**", caberão as empresas empregadoras o pagamento mensal no valor de R\$ 36,00 (trinta e seis reais), por trabalhador com contrato de trabalho ativo, valor este, revertido em completo benefício da classe trabalhadora representada pelo Sindicato Laboral, cujo percentual dos reajuste futuros, caso exista, serão definido através de Termo Aditivo a presente Convenção Coletiva.

O "**BRAf**" será implementado e gerido pelo Sindicato Laboral através de uma empresa especializada denominada "Gestora", que conjuntamente com os demais fornecedores por ele contratados, garantirão o fiel cumprimento dos benefícios abaixo durante toda a vigência desta CCT.

As empresas que já concedem benefícios idênticos ou mais abrangentes ao previsto no "**PLANO DE ASSISTÊNCIA BRASIL FAMILIAR**", ficam desobrigados de aderirem ao referido benefício.

BENEFÍCIO	DESCRIÇÃO, COBERTURAS e CARACTERÍSTICAS
PLANO ODONTOLÓGICO*	- COBERTURA EM TODO BRASIL - SEM PERÍCIA - ISENÇÃO TOTAL DE CARÊNCIAS

	<ul style="list-style-type: none"> - URGÊNCIA - DIAGNÓSTICO - RESTAURAÇÃO - TRATAMENTO DE CANAL - ODONTOPEDIATRIA - RADIOLOGIA - CIRURGIAS - TRATAMENTO DE GENGIVA - PRÓTESE (BLOCO, COROA E PINO)
SEGURO DE VIDA	<p>Em conformidade com a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, fica garantido aos motoristas e demais funcionários um capital segurado, conforme coberturas abaixo:</p> <p>? Morte por qualquer causa: I.S de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais). Ocorrendo morte acidental, será acrescido o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).</p> <p>? Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente: I.S de R\$ R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), de acordo com o rateio legal no caso de invalidez parcial.</p>

SEGURO ASSISTÊNCIA FUNERAL INDIVIDUAL – SERVIÇO OU REEMBOLSO (SAF):	<p>Em caso de falecimento do segurado empregado, por causas naturais ou acidentais, a família será amparada com a cobertura das despesas funerárias, limitadas ao valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais). Para obter este benefício, o parente mais próximo deve entrar em contato com a seguradora, que providenciará a contratação dos serviços funerários, incluindo taxas, urnas e flores. Caso a família opte por providenciar diretamente o funeral e arcar com as despesas, poderá solicitar o reembolso das despesas mediante o envio das</p>

	notas fiscais e recibos à seguradora. O ressarcimento será realizado até o limite estipulado de R\$ 5.500,00.
ASSISTÊNCIA NATALIDADE CARTÃO:	Solicitado uma única vez no prazo de 60 (sessenta) dias após o nascimento da criança, o benefício será concedido através de um cartão pré-pago e/ou cesta física, limitado ao valor de R\$ 700,00 (setecentos reais). Em caso de nascimento de múltiplos, o valor será ajustado para 50% (cinquenta por cento) do montante mencionado para cada criança.

ASSISTÊNCIA DOMICILIAR:	<p>Ao contratar o seguro, o segurado terá acesso gratuito aos serviços de Assistência 24 Horas para sua residência. Para solicitar os Serviços de Assistência 24 Horas, basta acionar a Central de Serviços pelos telefones indicados na apólice do segurado, informando o ocorrido, o nome e o código de identificação do segurado (CPF), e o(s) serviço(s) necessário(s).</p> <p>SERVIÇOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bombeiro Hidráulico - Descrição do Serviço: Em caso de vazamentos súbitos identificáveis visualmente (de tubulações, sifões, rabichos, torneiras e válvulas) que causem alagamento ou risco de alagamento do imóvel coberto, será enviado um técnico especializado em hidráulica para estancar o vazamento. - Eletricista - Descrição do Serviço: Em situações de curto-circuito que danifiquem a rede elétrica de baixa tensão do imóvel coberto, será enviado um eletricista para isolar a parte danificada e religar a energia, se possível. Este serviço cobre exclusivamente a mão-de-obra do profissional.

	<p>- Chaveiro</p> <p>- Descrição do Serviço: Caso o imóvel coberto não possa ser acessado devido à perda ou extravio das chaves da porta principal/portão de acesso, esquecimento no interior do imóvel ou quebra das chaves na fechadura, será enviado um chaveiro para abertura. O serviço cobre exclusivamente a mão-de-obra do profissional para a abertura da porta e, se necessário, os custos de confecção de uma chave substituta. Caso ocorram danos à fechadura devido a arrombamento, roubo ou furto, será enviado um profissional para reparos emergenciais que permitam a utilização da porta danificada.</p> <p>- Substituição de Telhas</p> <p>- Descrição do Serviço: Em casos de quebra acidental de telhas do</p> <p>imóvel, será enviado um profissional para realizar a substituição exclusiva de telhas cerâmicas, de cimento e de fibrocimento. Limitação: até 20 (vinte) peças cerâmicas e 4 (quatro) peças de fibrocimento por evento.</p>
DESCONTO EM FARMÁCIAS	Descontos de até 70% em medicamentos, itens de higiene pessoal, perfumaria e beleza em mais de 25.000 farmácia de todo o país. Para aproveitar o desconto é fácil basta apresentar seu CPF no estabelecimento.

ASSISTÊNCIA TELE MÉDICO NA TELA	A telemedicina é uma forma de atendimento médico à distância, onde pacientes podem se consultar com médicos através de videochamadas, mensagens ou telefonemas, sem precisar sair de casa. Isso permite acesso rápido e conveniente a profissionais de saúde, facilitando o acompanhamento médico e a obtenção de orientações sobre saúde, tudo de forma segura e eficiente.

Benefício de Telemedicina:

1. Inclusão de Dependentes: O associado poderá incluir até 04 (quatro) dependentes de forma gratuita.

2. Sintomas Abrangidos: O serviço pode ser utilizado em caso de apresentação de qualquer um dos seguintes sintomas:

- Dor de garganta
- Dor de cabeça
- Dores abdominais
- Tosse Dificuldade de respiração Vômito
- Diarreia
- Obstipação
- Dores no corpo
- Perda de apetite
- Tontura
- Dores nas articulações
- Manchas/erupções na pele
- Vermelhidão na pele
- Palidez
- Dor de ouvido
- Dor no peito
- Choro/irritabilidade
- Rinite
- Sinusite
- Cãibras
- Formigamento
- Dores gástricas/azia
- Inchaço
- Sangramentos
- Alterações de pressão arterial
- Alterações intestinais
- Alterações genitais e/ou urinárias
- Dificuldade de mobilidade
- Medo de internação
- Constipação
- Mal-estar Insônia
- Diarreia/vômito
- Retenção urinária Fraqueza
- Diabetes
- Esquecimento
- Resfriado/gripe
- Diminuição da visão
- Zumbido
- Alteração de humor
- Confusão mental (apatia/agitação)

Como Utilizar o Serviço:

	<p>1. Ligação: Acione nossa Central de Atendimento, que funciona 24 horas, para verificar a disponibilidade do serviço em seu seguro pelo seu CPF:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Telefone: 4004-4935 (todas as localidades) <p>2. Triagem: O paciente passa por uma triagem com a equipe de saúde e é direcionado conforme seus sintomas.</p> <p>3. Link: Você receberá o acesso à consulta via SMS e e-mail.</p> <p>4. Atendimento: Entre no consultório virtual e converse com o médico (clínico geral ou pediatra).</p> <p>Descrição e Características do Benefício: Este serviço de telemedicina oferece acesso remoto a profissionais de saúde, garantindo atendimento eficiente e seguro, sem a necessidade de deslocamento.</p>
<u>ASSISTENCIA CESTAS BÁSICAS:</u>	Corresponde ao pagamento de uma indenização caso o segurado venha a falecer por causas naturais ou acidentais, para auxiliar na alimentação da família, da seguinte forma: 12 (dose) parcelas R\$ 200,00 (duzentos reais), totalizando o valor do auxílio em R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Além das assistências acima relacionadas, a partir do registro desta CCT, os empregados beneficiários do BRAF também terão direito às ASSISTÊNCIAS BEM ESTAR, a seguir descritas:

ASSISTENCIAS BEM ESTAR

SERVIÇO DE SOCORRO MECÂNICO

O Serviço de Socorro Mecânico será prestado no caso de pane (elétrica ou mecânica) que impeça o Veículo de se locomover por meios próprios, sendo providenciado pela Assistência o envio de Prestador Credenciado para reparo paliativo do Veículo. Sem Mão de obra do Prestador até R\$ 100,00 (cem reais) por Evento; Até, no máximo, 03 (três) acionamentos por vigência.de utilização, O Serviço de Socorro Mecânico será prestado no caso de pane (elétrica ou mecânica) que impeça o Veículo de se locomover por meios próprios, sendo providenciado pela Assistência o envio de Prestador Credenciado para reparo paliativo do Veículo.

SERVIÇO DE REBOQUE

Caso ocorra pane ou acidente que impeça o Veículo de se locomover por meios próprios, a Assistência providenciará o reboque do Veículo para o destino mais próximo do Local do Evento, à escolha do Cliente, observados os limites abaixo. 01 (um) reboque(s) por Evento; Remoção do Veículo até 100 km (cem quilômetros) contados do Local do Evento até o Destino; Até, no máximo, 03 (três) acionamentos por vigência.

**SERVIÇO DE
RECUPERAÇÃO DE
VEÍCULO**

Na hipótese de utilização dos Serviços de Regresso Antecipado, caso o Cliente necessite retornar ao local onde deixou o seu veículo, Até o limite de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por evento; Até, no máximo, 2 (duas) utilizações por vigência, Na hipótese de utilização dos Serviços de Regresso Antecipado, caso o Cliente necessite retornar ao local onde deixou o seu veículo.

**SERVIÇO DE
VIDRACEIRO**

Se, em consequência de Situação Emergencial, de quebra de vidros por acidente, ou quebra dos vidros das portas ou janelas externas da Residência, Mão de Obra: até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por evento; 02 (duas) utilizações por vigência;

**SERVIÇO DE
TRANSPORTE E
GUARDA DE
MOBILIÁRIO**

Na ocorrência de um ou mais Eventos previstos nestas Condições Gerais a Residência ficar inabitável ou existir a necessidade de reparos ou reformas por nossos Prestadores em algum dos serviços contemplados, Mão de obra do Prestador até R\$ 400,00

(quatrocentos reais) por Evento; Até, no máximo, 2 (duas) utilizações por vigência; O local para a guarda dos móveis deverá estar situado a uma distância inferior a 50 (cinquenta) Km do Domicílio do Cliente; Se, em consequência de Evento Garantido, ocorrer destelhamento parcial na Residência e sendo necessário e tecnicamente possível (por exemplo, mas não se limitando, se a estrutura de suporte do telhado disponível e o vão livre comporte os materiais utilizados para cobertura provisória; se for possível de acordo com as regras de segurança dos prestadores envolvidos) a cobertura provisória do telhado para a proteção do interior da Residência, Mão de Obra: até R\$ 250,00 (cento e cinquenta reais) por evento; 02 (duas) utilizações por vigência.

**REPATRIAÇÃO
FUNERÁRIA**

Em caso de falecimento do Segurado durante a viagem assistida em decorrência de Evento coberto ("Evento"), Até 1 (um) acionamento por viagem assistida

**RESTAURANTE E
LAVANDERIA**

Se, em consequência de Eventos Garantidos constatar-se que a Residência se encontrar em Situação Inabitável ou se tenham ficado inutilizáveis a cozinha e a área de serviço, Até o limite de R\$ 150,00/diária (cento e cinquenta reais a diária) por evento; Limitado a 3 (três) dias de utilização; Até, no máximo, 2 (duas) utilizações por vigência;

**SERVIÇO DE
PROTEÇÃO
URGENTE DA
RESIDÊNCIA**

Na ocorrência de um ou mais Eventos Externos nestas Condições Gerais, a Residência ficar vulnerável em função de danos às portas, janelas, fechaduras ou qualquer outra forma de acesso à Residência, colocando em risco as pessoas e/ou bens existentes em seu interior, Mão de obra do Prestador até R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por Evento; 01 (um dia de proteção por evento); Até, no máximo, 2 (duas) utilizações por vigência.

**SERVIÇO DE
GUARDA DE ANIMAL
DOMÉSTICO**

Se, em consequência dos Eventos Garantidos for verificada a necessidade de desocupação da Residência não havendo quem possa tomar conta dos animais domésticos, Até o limite de R\$ 50,00/diária (cinquenta reais) por evento; Limitado a 2 (dois) dias e 3 (três) animais; Até, no máximo, 2 (duas) utilizações por vigência.

**SERVIÇO DE BABY
SITTER OU
BERÇÁRIO**

Se, em consequência de Acidente Pessoal, o Segurado tiver que permanecer hospitalizado por período superior a 3 (três) dias, não havendo nenhum outro adulto ou familiar que possa tomar conta dos dependentes menores de 14 (quatorze) anos, Até o limite de R\$

	120,00/diária (cento e vinte reais a diária) por evento; Até, no máximo, 2 (duas) utilizações por vigência.
SERVIÇO DE CHAVEIRO PARA ACESSO AO DOMICÍLIO POR EVENTOS EXTERNOS	Se, em consequência de Eventos Externos envolvendo roubo ou furto qualificado, a Residência ficar vulnerável (porta(s) de entrada ao Domicílio) e for necessário o conserto de portas ou fechaduras, Mão de obra do Prestador até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por Evento; Até, no máximo, 2 (duas) utilizações por vigência;
SERVIÇO DE CHAVEIRO PARA ACESSO AO DOMICÍLIO POR EVENTOS EMERGENCIAIS	Se, em consequência de Situação Emergencial, de perda, quebra de chaves na fechadura e roubo ou furto de chaves que impeça o acesso à Residência (porta(s) de entrada ao Domicílio), Mão de obra do Prestador até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por Evento; Até 1 (uma) cópia de chave por Evento; Até, no máximo, 2 (duas) utilizações por vigência
SERVIÇO DE ENCANADOR POR EVENTOS EXTERNOS	Se, em consequência dos Eventos Externos, em que a Residência estiver alagada ou em risco de alagamento, Mão de Obra: até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por evento; 02 (duas) utilizações por vigência
ENCANADOR POR EVENTOS EMERGENCIAIS	Se, em consequência de Situação Emergencial relacionada com problemas hidráulicos, sem que haja necessidade de utilização de qualquer equipamento de detecção eletrônica, Mão de Obra: até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por evento; 02 (duas) utilizações por vigência
ELETRICISTA POR EVENTO EXTERNO	Se, em consequência de queda de raio e danos elétricos ou falhas ou avarias nas instalações elétricas da Residência, que provoquem a falta de energia no Domicílio ou em alguma de suas dependências ocasionada por raio ou sobrecarga de energia, Mão de Obra: até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por evento; 02 (duas) utilizações por vigência
ELETRICISTA POR EVENTO EMERGENCIAL	Se, em consequência de Situação Emergencial relacionada com problemas elétricos, destas Condições Gerais, casos de tomadas queimadas, interruptores defeituosos, disjuntores e fusíveis danificados, chaves facas, troca de resistências de chuveiros (não blindados), resistências de torneiras elétricas (não blindadas) decorrentes de problema funcional ou que possam vir a acarretar curto circuito ou interrupção de energia na rede de baixa na Residência, Mão de Obra: até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por evento; 02 (duas) utilizações por vigência
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE EMERGÊNCIA	Na hipótese em que o Segurado solicitar informação sobre telefones de serviços emergenciais (bombeiros, polícia e hospitais), Sem limite de utilização.
SERVIÇO DE LIMPEZA RESIDENCIAL	Na ocorrência de um ou mais Eventos previstos nestas Condições Gerais, que dificulte a utilização da Residência, de tal maneira que serviços profissionais de limpeza possam viabilizar a reentrada do Segurado, ou a menos minimizar os efeitos, preparando o mesmo para um reparo posterior, Mão de obra do Prestador até R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por Evento; Até, no máximo, 2 (duas) utilizações por vigência;
TRANSPORTE ESCOLAR	Se, em consequência de Acidente Pessoal, o Segurado tiver que permanecer hospitalizado por período superior a 3 (três) dias, não havendo nenhum outro adulto ou familiar que possa transportar os dependentes menores de 14 (quatorze) anos no trajeto entre a

residência e a escola , a Assistência Residencial se responsabilizará pelo envio de transporte alternativo, Até o limite de R\$ 250,00 (cento e cinquenta reais) por evento; Limitado a 05 (cinco) diárias.

Sendo R\$ 50,00 (cinquenta reais) cada diária; Até, no máximo, 2 (duas) utilizações por vigência

**SERVIÇO DE
SUBSTITUIÇÃO DE
TELHAS DE BARRO
SUBSTITUIÇÃO
PROVISÓRIA DE
ELETRODOMÉSTICOS
- LINHA BRANCA
(COZINHA E
LAVANDERIA)**

Se, em decorrência de uma Evento Garantido ocorrer a quebra de telhas na Residência, Mão de Obra: até R\$ 250,00 (cento e cinquenta reais) por evento; 02 (duas) utilizações por vigência; Se na ocorrência de um ou mais Eventos Garantidos os eletrodomésticos do tipo “linha branca” (freezer, refrigerador, máquina de lavar roupas, máquina de secar roupas, fogão, depuradores de ar, e exaustor de ar) ficarem impossibilitados de uso, e, se, devido à falta de um destes eletrodomésticos, a vida cotidiana da família for afetada, Mão de Obra: até R\$ 100,00 (cem reais) por evento; Limitado a 5 (cinco) diárias; 02 (duas) utilizações por vigência.

**TRANSMISSÃO DE
MENSAGENS
URGENTES**

Quando o Segurado entender necessário e solicitar, terá à sua disposição a Central de Assistência para a transmissão de Mensagens Urgentes, a pessoas por ele indicadas (parentes ou empresa em que trabalha), dentro do território nacional, Sem limite de utilização;

**MANUTENÇÃO
GERAL**

Se limita ao envio dos Prestadores acima relacionados, bem como ao pagamento dos custos pela visita do profissional e orçamentos por estes passados ao Segurado, ficando a critério do Segurado a execução ou não dos serviços. Os custos de execução do serviço serão de responsabilidade exclusiva do Segurado, Sem limite de utilização.

**ASSISTÊNCIA
NUTRICIONAL**

O primeiro contato do Cliente com a Central de Atendimento acarretará em uma prévia coleta de informações básicas para nortear, orientar e acompanhar os serviços, Até 03 (três) acionamento(s) por vigência

OBS:

Sobre os benefícios acima listados para mais informações entrar em contato com empresa GESTORA.

§ 1º -A gestora disponibilizará um Sistema Online através do seu site <https://www.brasilmargestao.com>, que o empregador que aderir ao **PLANO DE ASSISTENCIA BRASIL FAMILIAR (BRAf)**, poderá incluir os seus empregados ativos e novos contratados, bem como, a exclusão dos que tiverem seu contrato rescindido.

§ 2º - O pagamento mensal do **PLANO DE ASSISTÊNCIA BRASIL FAMILIAR (BRAf)** é de responsabilidade da empresa empregadora que aderir, por cada trabalhador ativo, garantindo na íntegra o acesso a todos os benefícios previstos nesta Cláusula.

*Plano Odontológico registrado e regulamentado pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar. As condições de atendimento, abrangência, coberturas, carências etc. do produto estão em conformidade com a ANS e estabelecidas no contrato firmado entre a Operadora de Planos Odontológico e o Sindicato Laboral.

****Conforme o regulamento e as condições gerais estabelecidas na Apólice estipulada/sub-estipulada/ sub-estipulada pelo Sindicato Laboral com a Seguradora devidamente registrada na Susep.**

***** Conforme regulamento e as condições gerais estabelecidas em contrato com empresa de assistências contratada.**

Conforme o regulamento e as condições gerais estabelecidas em contrato com empresa de Telemedicina e Programa de Conta Digital Saúde Contratada.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Em caso de dispensa sem justa causa, as verbas rescisórias deverão ser pagas até o décimo dia posterior à referida dispensa, ou no término do Aviso Prévio sob pena de na falta de tal procedimento a empregadora arcar com o pagamento da multa prevista no Art. 477, § 6º da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIAS

Fica acordado que antes do ingresso de demanda trabalhista contra as empresas de transportes deverá primeiramente ser submetida à apreciação da Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, conforme disposto no art. 625-D da CLT, obedecendo-se a base territorial de cada sindicato:

a) Sindicato Patronal - Recife e da Região Metropolitana, Mata Norte, Mata Sul e Agreste do Estado de Pernambuco.

b) Sindicato Profissional - Na base territorial de Caruaru e nos municípios de Agrestina, Altinho, Angelim, Arcoverde, Barra de Guabiraba, Belo jardim, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Brejão, Buíque, Cachoeirinha, Calçado, Camocim de São Félix, Canhotinho, Capoeiras, Caruaru, Chã Grande, Correntes, Cumaru, Cupira, Feira Nova, Frei Miguelinho, Garanhuns, Glória de Goitá, Gravatá, Iati, Ibirajuba, Itaíba, Jataúba, João Alfredo, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lajedo, Limoeiro, Machados, Orobó, Palmerina, Panelas, Passira, Pedra, Pesqueira, Poção, Salgadinho, Saloá, Sanharó, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, Surubim, São Vicente do Férrer, Tacaimbó, Taquaritinga do Norte, Terezinha, Tupanatinga, Venturosa, Vertentes, Águas Belas. c) Sindicato Profissional - De acordo com a Certidão passada pela Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Portaria 343/00, foi concedido no despacho publicado no D.O.U em 27/06/00, Seção I, p. 9, referente ao processo de nº 46000.015019/99. A referida Certidão foi tomada Definitiva a partir de 31/01/02, de acordo com a Portaria de nº 50 do Ministério do Trabalho e Emprego. CATEGORIAS ABRANGIDAS: Trabalhadores em Transportes Rodoviários, inclusive, Motoristas, Cobradores, Fiscais e

Despachantes e todos os Trabalhadores em Escritórios, Oficinas das Empresas de Transportes Coletivos Interestadual, nas Empresas que fazem as linhas Rodoviárias Intermunicipais e Urbanas, Os Motoristas que trabalham nas Empresas que fazem Turismo e os trabalhadores das empresas que fazem Fretamento e os que fazem Transportes de Fretamento de um modo Geral, Os Motoristas: das Empresas Locadoras de Veículos, os que trabalham nas Garagens Rotativas de Estacionamentos, nos Transportes Escolares e em Instituições de Ensino; na Rede de Hotelaria e Similares, na Rede Hospitalar, em Casas de Saúde, Clínicas, Ambulatórios, Consultórios Médicos e Odontológicos; em Escritórios de Advocacia, Contábeis, Escritórios de um modo geral; os Motoristas e Cobradores, inclusive, todos os que trabalham em Transportes Alternativos, Kombis, Vans, Jeep, Toyota, Caminhões Adaptados para o Transporte remunerado de passageiro; Motoristas que trabalham: para Entidades Religiosas e Filantrópicas, Trabalhadores em Transportes Rodoviários de cargas, inclusive, Ajudantes, carregadores, Trabalhadores em Escritórios e todos aqueles diretamente ligados a atividade nas Empresas de Transportes de Cargas; Os Motoristas que trabalham: nas Empresas prestadoras de Serviços, na Coleta de Lixo das Prefeituras; nas Indústrias e no Comércio, inclusive, os que trabalham em Farmácias, Indústrias de panificação, Supermercados, Distribuidoras de Bebidas, Distribuidoras de Combustíveis, na área Petrolífera, Distribuidoras de Gás Liquefeito, Construção Civil Pesada, Serviços de Terraplanagem e Tratoristas, Mineradoras e Distribuidoras de Água Potável; os Motoristas que trabalham na CELPE, COMPESA, TELPE, CHESF, nas Empresas Públicas e Privadas de Energia, de Água, Saneamento e de Telefonia; os Motoristas que trabalham: na Rede Bancária; nas Empresas Administradoras de Bens e Imóveis, nas Indústrias Açucareiras e do Alcool, inclusive, os que trabalham nos Engenhos, Fornecedores de Cana e Destilarias; nas indústrias de Olaria, Cerâmica, e fabricação de Cimento, Pedreiras, Indústrias de Gesso; Motoristas nas Indústrias Agropecuárias; de Cargas em Geral; nas Empresas de Radiodifusão, Jornalismo, Televisão, Propaganda e Comunicação; Motoristas que trabalham: Em Empresas de Transportes Aéreos; nas Empresas que prestam serviços para as Empresas de Transportes Aéreos, com abrangência Intermunicipal.

Fica estabelecido o valor das Custas Processuais, que desde já estão fixadas em R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a partir do mês de novembro de 2025, podendo ser reajustado mediante acordo entre os Sindicatos Convenientes.

A seção de conciliação trabalhista na Comissão Intersindical de Conciliação Prévia poderá ser realizada de forma virtual, devendo ser gravada e podendo ser assinada de forma eletrônica, por qualquer meio disponível.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONCILIAÇÃO NAS RECLAMATÓRIAS

Nas reclamações trabalhistas que tenham tido origem através do Sindicato Obreiro, as empresas só firmarão acordo ou conciliação com os ex-empregados com a assistência da entidade, ficando, porém, a critério da Vara de Conciliação e Julgamento a que estiver afeto o processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PROCEDIMENTO DO SINDICATO PROFISSIONAL NAS RESCISÕES

Fica obrigado o Sindicato Profissional ao fornecimento de protocolo de entrega dos documentos necessários à homologação da Rescisão do Contrato de Trabalho dos empregados do setor de cargas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CARTA DE REFERÊNCIA

As empresas fornecerão aos seus empregados, desde que solicitado, e ocorrendo dispensa imotivada, Carta de Referência com indicação do período de trabalho.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - AVISO PRÉVIO

Os empregados demitidos sem justa causa farão jus ao aviso prévio acrescido de 03(três) dias por ano de serviço trabalhado, de acordo com a Lei 12.506/11.

Outros grupos específicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ATESTADO DE AFASTAMENTO (PPP)

As empresas, na dispensa do empregado, deverão fornecer ao mesmo o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), assim como cópia do Laudo Médico Demissional.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - AGREGADOS AUTÔNOMOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS DE CARGAS

O profissional autônomo que, contratado na forma prevista no art. 5º da Lei 11.442, de 05 de janeiro de 2007, mediante Contrato específico, se agregar a uma empresa de transporte de carga para realizar, com seu próprio veículo, operação de transportes de cargas, assumindo os riscos desta atividade e arcando com os gastos dela decorrentes (combustível, manutenção, peças, desgaste, avaria do veículo, multas, etc.) não será considerado empregado para qualquer efeito legal.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA AO EMPREGADO PRESTE A SE APOSENTAR

As empresas assegurarão aos empregados que estiverem, comprovadamente, há 2 (dois) anos da aquisição do direito a aposentadoria integral, e que tenha pelo menos 5 (cinco) anos de serviços na empresa, o emprego ou salário, durante o período que faltar para que seja possível o requerimento do benefício da aposentadoria, mesmo que não integral.

Parágrafo 1º - A empresa deverá proceder, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura deste instrumento normativo, levantamento da situação de seus empregados, quanto ao disposto no "caput" desta cláusula.

Parágrafo 2º - Por sua vez, o empregado que preencher as condições da garantia supra, durante a vigência deste instrumento normativo, disporá de igual prazo de 60 (sessenta) dias para comunicar, formalmente, tal condição à empresa, sob pena de perda da garantia dessa estabilidade provisória.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - RESOLUÇÃO Nº 168 CONTRAN (ANTIGO MOPPE)

As empresas que exigirem o Curso de Direção Defensiva ou de Condutores de Veículos de Transportes de Produtos Perigosos – Resolução 168 CONTRAN (Antigo MOPPE) ficam obrigadas a custeá-lo, aplicando-se este dispositivo também na renovação ou atualização, vedado desconto no salário do trabalhador a este título. Parágrafo Único- Havendo possibilidade de o curso ser realizado pelo SEST-SENAT, fica a empresa desobrigada a custear ou reembolsar o motorista.

Normas Disciplinares

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - USO DO CRACHÁ

Os empregados ficam obrigados, quando exigidos pelas empresas, ao uso do crachá de identificação e a devolvê-lo quando dispensado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - FIXAÇÃO DE AVISOS

As empresas permitirão a fixação de avisos e divulgações do Sindicato Obreiro em seus quadros de avisos ou outro local previamente determinado pela empresa, vedado a publicação de assuntos de natureza política-partidária e religiosa, ficando também, permitido o acesso de membros da Diretoria do Sindicato Obreiro, nas empresas para trato de assuntos ligados aos interesses dos trabalhadores.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - MARCAÇÃO DE PONTO E TOLERÂNCIA

As empresas, quando da apuração das horas trabalhadas pelos empregados, anotadas em Cartão de Ponto ou Folha de Ponto poderão desprezar até 05(cinco) minutos de registro de tempo excedente, no início e no final da jornada se considerando tal período como tempo necessário para registro da jornada nos respectivos controles. Fica ainda estabelecido que a prorrogação acima de cinco minutos, no início ou no final da jornada será computado como horas extras.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - REGULAMENTO INTERNO

A empresa que possui Regulamento Interno deverá fornecê-lo ao empregado no ato da sua admissão.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO NAS EMPRESAS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Em caso de fiscalização às empresas por parte dos Agentes do Ministério do Trabalho por denúncia do Sindicato Obreiro, poderão, caso desejem, se fazer acompanhar por membro da Diretoria do Sindicato Profissional.

Outras estabilidades

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - INTERVALO PARA PAGAMENTO

Sempre que os salários forem pagos através de cheques, será assegurado ao trabalhador, intervalo remunerado, a critério da empresa, de tal modo que não prejudique o andamento do,

serviço, para que o mesmo receba seu ganho, sendo que esse intervalo não corresponderá àquele destinado ao repouso ou alimentação do empregado.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - HORÁRIO DE TRABALHO

Será computado como tempo de serviço para efeito de apuração da carga horária, todo o período à disposição do empregador desde o início até o final da jornada, admitindo-se, um intervalo para refeição e descanso nunca superior a 02 (duas) horas, sendo desnecessária sua marcação no Cartão ou Livro de Ponto.

Parágrafo único: A jornada de trabalho do motorista empregado não tem horário fixo de início, de final ou de intervalos, dependerá da necessidade do serviço prestado, com ciência prévia ao empregado, respeitando os limites legais

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - TEMPO À DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR

Eventuais interrupções do trabalho, ocasionadas por culpa da empresa ou decorrentes de caso fortuito ou força maior, não poderão ser descontadas e nem trabalhadas posteriormente, sob a rubrica de compensação, exceto as previstas pelas regras do Banco de Horas, e as consideradas como tempo de espera, deverão ser remuneradas de acordo com Acórdão do STF, Adi 5.322/DF.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - INTERVALO DE REFEIÇÃO E ENTRE JORNADAS

Encontra-se implícito no fornecimento do reembolso de despesas/Alimentação e pernoite, a concessão pela empresa, do intervalo para as refeições, de no mínimo 01 hora (ART. 71, CLT) e descanso entre jornadas (Art. 66, CLT) ao trabalhador, direitos que lhes são assegurados por lei.

Controle da Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO

Fica estabelecida que a jornada de trabalho, de segunda a sexta-feira, tanto para os empregados do sexo masculino como feminino, a critério da empresa poderá ser prorrogada além das 08 (oito) horas estabelecidas pelo Constituição Federal Art. 7º, INCISO XIII, sem nenhum acréscimo no pagamento a título de horas extras, desde que observado o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ou 8.48 (oito ponto quarenta e oito) horas diárias. As excedentes serão consideradas extras.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS

As empresas poderão implantar o Banco de Horas, ou compensação futura de horas extras, de acordo com a Legislação vigente, Lei 9.601/98, que alterou o art. 59 da CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CÔMPUTO DE HORAS EXTRAS

As horas extras habitualmente trabalhadas integrarão o salário para fins de pagamento das verbas rescisórias, tomando-se como base os últimos 12 (doze) meses.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DISPENSA DE ESTUDANTE

O empregado estudante de qualquer grau, será liberado do seu trabalho às 18:00 horas, nos dias de prova, inclusive no vestibular, desde que, seja pré-avisado o empregador, por escrito, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DOMINGOS E FERIADOS

As empresas reconhecerão os feriados nacionais, estaduais e municipais em que estiverem instaladas suas bases. Havendo necessidade de trabalho por motivo de contrato da empresa,

as partes ajustam que, para as empresas que utilizarem mão de obra de empregados em domingos e feriados, fica estabelecido que:

Parágrafo Único: O trabalho prestado em domingos e feriados deverá ser pago o dia em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal, salvo se o empregador determinar outro dia de folga, de acordo com a Súmula 146 do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - INTERVALO PARA AMAMENTAÇÃO

Para amamentar o próprio filho, até que este complete 06(seis) meses de idade, a mãe terá direito durante a jornada de trabalho a dois intervalos especiais de meia hora cada um, consecutivos ou não.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ÁGUA POTÁVEL, SANITÁRIOS E VESTIÁRIOS

As empresas se obrigam a manter no local de trabalho água potável para consumo de seus empregados, sanitários masculinos e femininos em perfeitas condições de higiene, armários individuais para guarda de roupas e pertences pessoais dos empregados, desde que a troca de roupa decorra de exigência da atividade da empresa.

Equipamentos de Segurança

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - NORMAS DE SEGURANÇA

Ficam os empregados obrigados ao cumprimento das normas administrativas e de segurança previstas na legislação e no regulamento interno da empresa e às orientações da CIPA, bem como no uso dos E.P.I. Quando exigidos em Lei, recebidos da empresa mediante recibo.

Uniforme

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - UNIFORME DE TRABALHO

As empresas fornecerão anualmente a seus empregados, 02 (dois) uniformes e 01 (hum) par de sapatos, quando exigidos pelos empregadores ou obrigados pela legislação pertinente. Os exemplares excedentes serão cobrados do empregado, ficando, porém obrigados àqueles que receberam tais favores e, se dispensados antes dos 06 (seis) meses do recebimento dos referidos bens, a devolverem os mesmos à empresa, sob pena de se responsabilizarem pelo ressarcimento pecuniário das peças recebidas.

Os equipamentos de proteção individual (EPI) quando exigidos pelas normas legais e suas condições insalubres de trabalho, serão fornecidos aos empregados mediante recibo, que se obrigam a usá-los e a devolvê-los quando removidos dos setores insalubres ou dispensados da empresa e a comunicar ao empregador a necessidade de substituição ou reparação dos mesmos em decorrência do uso ou de danos.

Os empregados se obrigam a usar os uniformes de trabalho e os equipamentos individuais de proteção (EPI), quando fornecidos pela empresa, constituído em falta grave a não obediência ao preceito.

Manutenção de Máquinas e Equipamentos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTROLE DE EMISSÃO DE POLUENTES

As empresas deverão submeter seus veículos anualmente ao controle de emissão de poluentes através da inspeção veicular ambiental, por empresa idônea e tecnicamente capacitada, tendo por objetivo a redução de emissão de poluentes e consumo de combustível, adequando-se aos limites estabelecidos na legislação em vigor. As empresas poderão realizar esta aferição através do programa Despoluir mantido pelo Serviço Social de Transporte - SEST.

Acompanhamento de Acidentado e/ou Portador de Doença Profissional

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - GARANTIA AO EMPREGADO ACIDENTADO

O empregado afastado do serviço, por acidente de trabalho recebendo o benefício previdenciário respectivo, terá a garantia do emprego após a alta médica, pelo período de 12 (doze) meses, além do Aviso Prévio, previsto na CLT.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - VISTORIA EM LOCAL DE TRABALHO

As empresas se comprometem a respeitar integralmente as normas previstas de Acidentes de Trabalho, promovendo, inclusive periodicamente, vistorias nos locais de trabalho na forma das disposições legais sobre a matéria.

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTA A DIRETORES DO SINDICATO

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva, as empresas concederão abono de 04 (quatro) faltas mensais ao empregado que pertença a Diretoria ou Conselho fiscal do Sindicato Obreiro para comparecimento ou missões sindicais, limitada tal concessão ao máximo de dois empregados por empresa.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Por ocasião do recolhimento da Contribuição Sindical, as empresas enviarão ao sindicato da categoria profissional, cópias das guias de recolhimento, juntamente com a relação nominais dos seus empregados.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - MENSALIDADE SOCIAL SINDICAL

As empresas descontarão em folha de pagamento dos seus empregados, associados ao Sindicato Obreiro, desde que por eles autorizados, as mensalidades sociais, e desde que seja fornecida antecipadamente a relação dos empregados sócios, cujo valor deverá ter sido devidamente aprovado em Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro – O repasse dos valores descontados dos empregados deverá ser efetuado através de depósito bancário a ser realizado em favor do STTRCRAPE - Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Caruaru e da Região do Agreste de Pernambuco (CNPJ 03.074.668/0001-71), na forma do estatuto e do permissivo legal contido no artigo 545 da CLT, daqueles empregados que manifestaram o interesse de livre e espontânea vontade, em se tornarem associados sindicalizados ao Sindicato Obreiro. Devendo as empresas efetuarem a quitação das contribuições associativas (Mensalidade Social Sindical) até o dia 07(sete) de cada mês imediatamente subsequente, através Chave Pix: 03.074.668/0001-71

(CNPJ) e/ou Depósito Bancário: Banco Santander, Agência: 4017, Conta Corrente: 13000134-2 em favor do STTRCRAPE - Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Caruaru e da Região do Agreste de Pernambuco. Para tanto, as Empresas enviarão anexo ao pagamento dessas contribuições, relação nominal dos empregados associados sindicalizados, que deverá ser encaminhada via e mail: sttrcrape@gmail.com. A falta dos recolhimentos da taxa prevista nesta cláusula, sujeita o infrator ao seu pagamento integral, através de boleto bancário, acrescido de multa de 20% (vinte por cento) sobre o montante não recolhido, e de correção legal da quantia não repassada, que poderá ser executado pelo Sindicato Obreiro. Sem prejuízo de outras multas previstas na presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Segundo – As empresas e as entidades econômicas não responderão por qualquer pendência perante os órgãos da administração pública direta e indireta, entidades classistas e aos empregados, que possam surgir dos descontos e/ou mensalidades estipuladas pelas entidades profissionais.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL

Obrigam-se os empregadores a efetuar o desconto da CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL dos salários dos seus empregados filiados ou não ao sindicato profissional, em cumprimento à deliberação ocorrida em Assembleia Geral Extraordinária, visando o patrocínio das despesas com editais e publicidade, honorários advocatícios e outras necessárias à celebração e fiscalização do cumprimento do presente instrumento normativo coletivo, conforme o disposto no Tema 935 do STF.

Os empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, autorizam o desconto mensal de importância equivalente a 1% (um por cento) dos salários de todos os empregados.

Parágrafo Primeiro: Fica assegurado aos empregados beneficiários da presente Convenção Coletiva de Trabalho, o direito de se opor ao referido desconto, desde que o exerça no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir do registro e arquivamento do presente instrumento na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Pernambuco. A oposição somente será aceita, se feita pelo próprio empregado na sede do Sindicato, mediante assinatura em documento apropriado.

Parágrafo Segundo: O Sindicato Profissional, a contar do depósito da presente convenção junto à Superintendência Regional do Trabalho, compromete-se a realizar a divulgação, mediante utilização dos canais de comunicação da entidade sindical, acerca das regras, valores, prazos e forma do exercício do direito de oposição ao desconto da contribuição assistencial, sendo que nenhum desconto será efetuado antes do final do prazo de oposição.

Parágrafo Terceiro: O repasse dos valores descontados dos empregados deverá ser efetuado através de depósito bancário a ser realizado em favor do STTRCRAPE - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARUARU E DA REGIÃO DO AGRESTE DE PERNAMBUCO (CNPJ 03.074.668/0001-71), através de Depósito Bancário (Banco Santander, Agência: 4017, Conta Corrente: 13000134 2; e/ou Chave Pix:

03.074.668/0001-71 - CNPJ) boleto bancário emitido pelo Sindicato Obreiro, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao desconto, sendo aplicada multa no importe de 10% (dez por cento).

Parágrafo Quarto: As empresas deverão encaminhar, sempre que solicitado pelo Sindicato Profissional: 1) o comprovante do pagamento/depósito do recolhimento; 2) lista dos empregados que sofreram o desconto (em que conste o nome, remuneração e o valor do desconto efetuado); e, 3) Relação de Empregados do arquivo SEFIP e o comprovante de pagamento da mensalidade a ser realizada mediante boleto bancário.

Parágrafo Quinto: As empresas que atrasarem os descontos previstos nesta cláusula por período superior a 60 (sessenta) dias, assumirão perante o Sindicato Profissional os valores referentes aos meses atrasados, acrescidos dos encargos legais, vedado o desconto dos empregados.

Parágrafo Sexto: As empresas e as entidades econômicas não responderão por qualquer pendência perante os órgãos da administração pública direta e indireta, entidades classistas e aos empregados, que possam surgir dos descontos e/ou mensalidades estipuladas pelas entidades profissionais.

Os sindicatos convenientes reconhecem que as informações previstas neste parágrafo não revelam dado pessoal sensível, para fins de cumprimento da LGPD, em razão do rol taxativo descrito no Art. 5º, II da Lei 13.709/2018 e que, ainda assim, o Sindicato Profissional se responsabilizará pelo uso e controle adequado dos dados, na forma do Art. 42 da LGPD.

“Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

(...)”

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - TAXA ASSISTENCIAL PATRONAL

TAXA ASSISTENCIAL PATRONAL – Por decisão unânime da Assembleia Geral extraordinária da categoria econômica, as empresas representadas pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE

TRANSPORTES DE CARGAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO – SETCEPE, associados a entidade, ficam obrigados ao pagamento de uma Taxa Assistencial no valor equivalente a R\$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais), sendo dividido em 03 (três) parcelas iguais de R\$440,00 (quatrocentos e quarenta reais), com vencimento para os dias 29.11.2025, 23.12.2025 e 30.01.2026 com pagamento no Banco indicado na Guia a ser enviada pelo SETCEPE. O não pagamento da contribuição ora instituída no prazo acima indicado, implicará no pagamento com aplicação da atualização monetária pelo INPC, mais juros de 1% (um por cento) ao mês e uma multa de 2% (dois por cento) despesas judiciais, honorários advocatícios caso pagamento seja feito através de ação judicial. Solicitar guia através do e-mail: financeiro@setcepe.com.br ou secretaria@setcepe.com.br e/ou via Pix: 08.033.821/0001-36 (CNPJ).

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - TAXA CONFEDERATIVA PATRONAL

TAXA CONFEDERATIVA PATRONAL - A Assembleia Geral extraordinária da Categoria econômica autorizou a cobrança da TAXA CONFEDERATIVA. De acordo inciso IV. Art. 8º da C.F. Correspondente a R\$1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais) dividido em 03(três) parcelas iguais, sendo a primeira para o dia 27/03/2026 no valor de R\$440,00 (quatrocentos e quarenta reais) e as demais de R\$440,00 (quatrocentos e quarenta reais) com vencimento nas datas de 30/04/2026 e 28/05/2026 respectivamente.

A cobrança será enviada mediante boleto bancário. Solicitar guia através do e-mail: financeiro@setcepe.com.br ou secretaria@setcepe.com.br e/ou via Pix: 08.033.821/0001-36 (CNPJ).

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - TAXA CONFEDERATIVA SINDICAL

Obrigam-se os empregadores a efetuar o desconto da TAXA CONFEDERATIVA SINDICAL dos salários dos seus empregados filiados ou não ao sindicato profissional, em cumprimento à deliberação ocorrida em Assembleia Geral Extraordinária, com fundamento no Art. 8º, IV da CF, o valor correspondente a 1% (um por cento) sobre o salário base atual, de seus empregados não sindicalizados, mensalmente.

Parágrafo Primeiro: O repasse dos valores descontados dos empregados deverá ser efetuado através de depósito bancário a ser realizado em favor do STTRCRAPE - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARUARU E DA REGIÃO DO AGRESTE DE PERNAMBUCO (CNPJ 03.074.668/0001-71), através de Depósito Bancário (Banco Santander, Agência: 4017, Conta Corrente: 13000134 2; e/ou Chave Pix: 03.074.668/0001-71 - CNPJ) boleto bancário emitido pelo Sindicato Obreiro, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao desconto, sendo aplicada multa no importe de 10% (dez por cento).

Parágrafo Segundo: As empresas e as entidades econômicas não responderão por qualquer pendência perante os órgãos da administração pública direta e indireta, entidades classistas e

aos empregados, que possam surgir dos descontos e/ou mensalidades estipuladas pelas entidades profissionais.

Os sindicatos convenientes reconhecem que as informações previstas neste parágrafo não revelam dado pessoal sensível, para fins de cumprimento da LGPD, em razão do rol taxativo descrito no Art. 5º, II da Lei 13.709/2018 e que, ainda assim, o Sindicato Profissional se responsabilizará pelo uso e controle adequado dos dados, na forma do Art. 42 da LGPD.

“Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

(...)”

Parágrafo Terceiro: As empresas que atrasarem os descontos previstos nesta cláusula por período superior a 60 (sessenta) dias, assumirão perante o Sindicato Profissional os valores referentes aos meses atrasados, acrescidos dos encargos legais, vedado o desconto dos empregados.

Parágrafo Quarto: As empresas e as entidades econômicas não responderão por qualquer pendência perante os órgãos da administração pública direta e indireta, entidades classistas e aos empregados, que possam surgir dos descontos e/ou mensalidades estipuladas pelas entidades profissionais.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DELEGADOS SINDICAIS

O Delegado Sindical eleito pelos funcionários de cada empresa, com mais de 200 (duzentos) empregados, e devidamente ratificados pela Assembleia do Sindicato Obreiro, gozarão da garantia do emprego durante o prazo de vigência da presente Convenção Coletiva.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Fica estipulada uma multa no valor de 25% (vinte e cinco por cento) do menor piso salarial, previsto nesta CCT, pelo descumprimento das cláusulas previstas nesta CCT, que será revertida em benefício de cada empregado prejudicado e, de igual valor, em benefício do Sindicato Profissional.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - MANUTENÇÃO DE CLÁUSULAS ANTERIORES

Aos empregados serão asseguradas as conquistas anteriores desde que, não modificadas alteradas ou suprimidas da presente Convenção Coletiva e que não venham de encontro à legislação vigente.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - OUTRAS ABRANGÊNCIAS

Os municípios de Alagoinha, Bezerros, Bom Conselho, Bom Jardim, Caetés, Casinhas, Lagoa dos Gatos, Paranatama, Pombos, Riacho das Almas, Sairé, Toritama, Vertente do Lério estão localizados na Região Agreste de Pernambuco tendo sua abrangência territorial por esta Convenção Coletiva.

}

DIOGENES DE SANTANA SILVA

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CA

CARLOS EDUARDO SALAZAR MACAES

Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSP. DE CARGAS, ARMAZ. E LOG. D

ANEXOS
ANEXO I - ATA AGE

[Anexo \(PDF\)](#)